

E) I, apenas.

VUNESP - 2014 - PC/SP - Delegado de Polícia

10. No processo penal, as intimações

- A) Serão sempre pessoais.
- B) Do defensor constituído serão feitas pelo órgão incumbido da publicidade.
- C) Não são obrigatórias quando se trata do Ministério Público.
- D) São atos que, se desrespeitados, causam nulidade absoluta do processo.
- E) Serão pessoais, salvo se o réu estiver preso.

VUNESP - 2017 - TJ/SP - Escrevente

11. Assinale a alternativa correta no que concerne à revisão criminal, tratada nos artigos 621 a 630 do CPP.

- A) É possível a revisão de decisões que ainda não transitaram em julgado, ou seja, ainda não findos.
- B) É vedado arbitrar indenização em favor do beneficiado por decisão que julgue procedente a revisão.
- C) Quando, no curso da revisão, falecer a pessoa cuja condenação tiver de ser revista, o processo será extinto.
- D) É pedido que pode ser articulado a qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.
- E) Em seu julgamento, admite-se o agravamento da pena imposta na decisão revista.

FCC - 2018 - MPE/PB - Promotor de Justiça Substituto

12. Os órgãos do Ministério Público estão impedidos de atuar nos processos em que

- A) For amigo íntimo ou inimigo capital do acusado.
- B) O juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- C) For credor ou devedor do acusado.
- D) Seu cônjuge, ascendente ou descendente estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- E) For cotista ou acionista de sociedade interessada no processo.

VUNESP - 2014 - DPE/MS - Defensor Público

13. Considere que é efetivada a citação por hora certa e, mesmo assim, o acusado não comparece para se defender e nem constitui advogado. Nessa hipótese

- A) Ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com possibilidade de produção antecipada de provas.
- B) Ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com possibilidade de imediata decretação de prisão preventiva.
- C) Ser-lhe-á nomeado defensor dativo e o processo seguirá seu curso.
- D) Será tentada a citação por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.

VUNESP - 2013 - TJ/SP - Escrevente

16. Com relação às infrações de menor potencial ofensivo, seu processo e julgamento, é correto afirmar que

A) Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais dolosas de natureza grave.

B) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por edital.

C) A competência do Juizado será determinada pelo lugar de residência do réu.

D) Se consideram infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n.º 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

E) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela Lei n.º 9.099/95, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

FCC - 2020 - TJ/MS - Juiz Substituto - Adaptada

17. Em relação aos Juizados Especiais Criminais, correto afirmar que

A) A competência será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal ou pelo domicílio da vítima, a critério desta.

B) Cabível a interposição de recurso em sentido estrito, no prazo de 05 (cinco) dias, contra a decisão de rejeição da denúncia ou queixa, com abertura de vista para apresentação das razões em 08 (oito) dias.

C) Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.

D) Cabem embargos de declaração, no prazo de 05 (cinco) dias, quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão, sem interrupção, contudo, do prazo para a interposição de recurso.

E) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, incabível, porém, a prática em outras comarcas.

VUNESP - 2014 - Câmara Municipal de São José dos Campos - Advogado

18. De acordo com a norma do art. 24, §2.º do CPP, todo crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, processar-se-á por meio de ação penal

A) Pública.

B) Pública, condicionada a requisição.

C) Pública, condicionada a representação.

D) Incondicionada.

E) Privada subsidiária da pública.

**CESPE/CEBRASPE - 2020 - TJ/PA - Oficial de
Justica - Avaliador**

19. Luís foi denunciado pela prática de crime de menor potencial ofensivo em um juizado especial criminal de Belém – PA, mas não foi encontrado para ser citado pessoalmente.

Nessa situação hipotética,

- A) Será determinada a citação por edital, com prazo de cinco dias.
- B) Será nomeado defensor dativo para representar Luís na audiência de conciliação.
- C) O processo ficará suspenso até que Luís seja encontrado.
- D) O processo será encaminhado ao juízo comum.
- E) A vítima será intimada para informar o endereço atualizado de Luís.

VUNESP - 2014 - TJ/SP - Escrivente

20. Nos termos do art. 252 do CPP, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que

- A) Ele próprio ou seu cônjuge ou seu irmão for amigo íntimo de qualquer das partes.
- B) For parte entidade associativa ou de classe da qual faça ou tenha feito parte.
- C) Seu amigo íntimo for credor ou devedor, tutor ou curador de qualquer das partes.
- D) Tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- E) Ele próprio ou seu cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau tiver servido como testemunha.

VUNESP - 2011 - TJ/SP - Escrivente

21. Se por ocasião do interrogatório o acusado indica seu defensor (advogado), o qual não traz por escrito o instrumento de mandato (procuração).

- A) Deverá o juiz nomear defensor público ao acusado.
B) Referida constituição é válida, não sendo necessária outra providência de regularização.
C) Deverá o advogado providenciar a juntada do instrumento de mandato no próximo ato processual que realizar.
D) Deverá o juiz conceder prazo de 2 (dois) dias, a fim de que a representação processual seja regularizada.
E) Deverá o juiz declarar o acusado indefeso, intimando-o a indicar por escrito novo defensor no prazo de 2 (dois) dias.

VUNESP - 2019 - TJ/RJ - Juiz Substituto

22. A aplicação imediata da pena restritiva de direitos ou multa, conhecida como “transação penal”, tal qual prevista no art. 76, parágrafo 2º da Lei nº 9.099/95, não será admitida se ficar comprovado

- A) Que o crime foi praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.
- B) Ter sido o agente beneficiado anteriormente pela aplicação de pena restritiva ou multa na mesma modalidade de “transação penal”.
- C) Ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime ou contravenção, à pena privativa de liberdade transitada em julgado.
- D) Ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime ou contravenção, a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- E) Não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

VUNESP - 2018 - PC/SP - Agente Policial

23. Nos termos da Lei Federal nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo

- A) Somente as contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- B) Somente os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- C) As contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- D) As contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- E) As contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 3 (três) anos, cumulada ou não com multa.

VUNESP - 2019 - TJ/RJ - Juiz Substituto

24. De acordo com as previsões legalmente estabelecidas (CPP, art. 427 e 428), é correto afirmar que o desaforamento

- A) Pode ser determinado, se houver dúvida quanto à imparcialidade do Júri.
- B) Deve ser indeferido de pronto, se motivado unicamente por excesso de serviço do órgão judicial.
- C) Pode ocorrer, a fim de preservar a segurança pessoal da vítima e de seus familiares.
- D) Pode ser determinado de ofício pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri.
- E) Quando deferido, deve levar o julgamento para Comarca de outra região do Estado.

E) Enquanto não localizado o acusado, a formação do processo não estará completa.

E) For credor de qualquer das partes.

VUNESP - 2018 - PC/BA - Escrivão de Polícia

47. Com relação à Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais), é correto afirmar que

- A) A competência do Juizado será determinada pelo domicílio ou residência do réu.
- B) Não se admitirá a transação penal se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de contravenção penal, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- C) A suspensão condicional do processo poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
- D) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá agravo, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.
- E) A composição dos danos civis será reduzida a escrito, homologada pelo Juiz mediante sentença recorrível, por meio de agravo, e terá eficácia de título a ser executado no mesmo juízo.

VUNESP - 2019 - TJ/MT - Juiz Substituto - Adaptada

48. Assinale a alternativa correta com relação às disposições processuais penais e recursos.

- A) A transação penal prevista na Lei dos Juizados Especiais Criminais não será objeto de apreciação do Juiz.
- B) Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.
- C) O juiz está adstrito às condições previstas na Lei na hipótese de oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo.
- D) serão prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não tiverem seguimento ou não forem apresentados dentro do prazo.
- E) O Ministério Público poderá, em alguns casos, desistir de recurso que haja interposto.

VUNESP - 2018 - TJ/MT - Juiz Substituto - Adaptada

49. Com relação às nulidades e aos recursos em geral, é correto afirmar que

- A) Da decisão que concede habeas corpus cabe recurso em sentido estrito.
- B) O recurso involuntário poderá ser interposto no prazo de cinco dias.
- C) Ocorre a preclusão da arguição de nulidade verificada após a sentença de pronúncia se não alegada até o final do julgamento perante o Tribunal do Júri.
- D) A não interposição de recurso por parte do Ministério Público impede o recebimento de recurso apresentado pelo assistente da acusação.
- E) As apelações poderão ser interpostas apenas em relação a todo o julgado, mas não em relação a parte dele.

- A) Os recursos não terão efeito suspensivo nos casos de perda da fiança.
- B) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- C) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia.
- D) Por conta da última reforma do Código de Processo Penal, não há mais previsão legal do recurso de carta testemunhável.
- E) Sempre será admissível a reiteração do pedido de revisão criminal.

Aulões do NEAF

<https://bit.ly/2xgJx58>

**Cadastre-se na Lista de Transmissão do
NEAF no WhatsApp**

<http://bit.ly/2S1NzpO>

Telegram

<http://bit.ly/TelegramNEAF>

Conheça nossos Cursos TCM SP 2020

<http://bit.ly/2TfpOpW>

Link do Curso 2 em 1 TJSP + MPSP 2020

<http://bit.ly/2UNO7kV>

Link do TJSP 2020

<https://bit.ly/3dyBqBq>

INSS

<http://bit.ly/2uVGnyX>

Polícia Civil

<http://bit.ly/2thUX6>

Cursos para Escrevente TJSP

<http://bit.ly/2JVGdQ9>

Dúvidas, sugestões ou para mais informações

contato@neafconcursos.com.br